O PETROLEIRO APOSENTADOS E PENSIONISTAS
/ Edição nº 93/Agosto de 2021

RMNR: FNP VAI TOMAR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA FAZER VALER A DECISÃO DO TST

Sem intimar ninguém do julgamento, numa decisão monocrática, ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu no dia 28 de julho o recurso da Petrobrás e derrubou decisão de 2019 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que condenou a empresa a corrigir os salários de 51 mil trabalhadores. Na época, o caso foi considerado a maior ação trabalhista da história da petroleira. Segundo o Dr. José Henrique Coelho, advogado da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), a decisão do ministro foi individual e não é definitiva e está sujeita a recurso do colegiado do STF. **Página 02**

PÁGINA 06
VAMOS PARA AS RUAS PELO IMPEACHMENT DE BOLSONARO, EM DEFESA DA SAÚDE, DA VIDA E POR NOSSOS EMPREGOS!

PÁGINA 05
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS CONQUISTA CARTA SINDICAL, APÓS ANOS DE LUTA

PÁGINA 09
DAP PROMOVE ENCONTRO NA SEDE PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS

PÁGINA 08
VAMOS COBRAR DOS NOVOS CONSELHEIROS DA PETROS AÇÃO FRENTE OS PROBLEMAS DA CATEGORIA!

PÁGINA 11
SINDIPETRO-LP REALIZA ASSEMBLEIA PARA ESCOLHA DE DELEGADOS PARA A PLENÁRIA NACIONAL DA FNP

RMNR

FNP VAI TOMAR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA FAZER VALER A DECISÃO DO TST

Sem intimar ninguém do julgamento, numa decisão monocrática, ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu no dia 28 de julho o recurso da Petrobrás e derrubou decisão de 2019 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que condenou a empresa a corrigir os salários de 51 mil trabalhadores. Na época, o caso foi considerado a maior ação trabalhista da história da petroleira.

Segundo o Dr. José Henrique Coelho, advogado da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), a decisão do ministro foi individual e não é definitiva e está sujeita a recurso do colegiado do STF. Sendo assim, a FNP vai entrar com recurso ao plenário do STF.

“A gente vai fazer um agravo para que essa decisão vá para outro nível e não fique nas mãos somente de um ministro”, explica Coelho.

Vale lembrar que o caso teve origem em 2007, quando a Petrobrás criou a complementação da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR). Essa verba era uma espécie de piso. Pelos termos desse acordo, adicionais — como trabalho noturno, regime de sobreaviso ou de periculosidade — fazem parte do cálculo da RNMR, mas os funcionários foram à Justiça para que os adicionais fossem pagos em separado.

A Justiça do Trabalho começou a receber ações contra a Petrobrás em 2010, e a maioria do TST decidiu a favor da tese dos funcionários. A decisão, na prática, determinava que os complementos dos trabalhadores fossem pagos de

forma dobrada.

No TST, em 2018, o julgamento durou mais de dez horas, dividiu o plenário do TST e só foi decidido no último voto: foram 12 votos a favor da Petrobrás e 13 a favor dos trabalhadores.

Por fim, a FNP fará todos os esforços possíveis para garantir o direito ao complemento de RMNR dos trabalhadores petroleiros.

Fonte: FNP

Jurídico da FNP esclarece que decisão de Moraes não tem aplicabilidade nas demais ações

Reunido no dia 30 de julho, o jurídico da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) deixou claro que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a RMNR não tem definição alguma com relação aos efeitos dela, nas demandas em andamento, nas ações em que os petroleiros estão recebendo em holerite.

Segundo o Dr. José Henrique Coelho, advogado da FNP, o jurídico irá reunir-se e haverá recurso contra essa decisão. “O processo não se encerra agora, ainda vai haver continuidade. Tem que ter tranquilidade porque a sentença está ‘divorciada’, digamos assim, das milhares de ações que existem em andamento”, explica Coelho.

Em outras palavras, a decisão não traz detalhamento com relação ao que aconteceria com as ações em andamento, porque o ministro Alexandre de Moraes, do STF, julgou como se fosse uma ação individual. “Ele não traçou parâmetros para a aplicabilidade dessa decisão nas demais ações”, completa o advogado da FNP.

Sendo assim, vale reforçar que a decisão do ministro está sujeita a recurso do colegiado do STF e a FNP vai entrar com recurso contra a decisão.

Fonte: FNP

DETALHAMENTO

FNP ENTRARÁ COM AÇÃO CONTRA O EQUACIONAMENTO DA AMS QUE FOI ANUNCIADO UNILATERALMENTE PELA PETROBRÁS

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) vai entrar com ação judicial contra o desconto anunciado pela Petrobrás referente ao custeio da AMS no ano de 2020, previsto para ser realizado no início de agosto.

Isso acontece porque a gestão da empresa não apresentou os dados para os sindicatos auditarem, conforme solicitado e previsto no ACT.

Durante o presente período em que a pandemia afeta a vida dos petroleiros e petroleiras, gerando situações de atendimento emergencial, consultas e internações, e também com as sequelas derivadas da COVID-19, não é possível aferir se a Petrobrás está cobrando dos beneficiários da AMS custos que deveriam de ser de exclusividade da empresa.

Lamentavelmente, o governo Bolsonaro quer preparar a empresa para a privatização e, nesses casos, uma empresa que não gasta com direitos trabalhistas é mais atrativa para os futuros compradores, que querem apenas lucrar.

Um RH que teve seu gerente executivo demitido em abril deste ano; Cláudio Costa, que deu largos passos para aprofundar a privatização da AMS, preparou o caminho para entregar para alguma operadora privada de plano de saúde.

Preparação que se traduziu com a criação da Associação Petrobrás de Saúde (APS), com a entrega de cargos diretivos para os apaniguados, aplicação no aumento da participação no custeio para os participantes, e um regulamento draconiano guardado a sete chaves, numa demonstração de falta de transparência e de preocupação com o serviço prestado aos petroleiros. Costa ainda promoveu reuniões com representantes de outros planos com divulgação de dados do nosso plano de saúde em total desacordo com o Código de Ética.

Agora, esse RH quer impor um desconto aos trabalhadores sem as devidas negociações. A FNP defende uma AMS gerida pela Petrobrás, com ampla participação dos trabalhadores nas decisões.

Após gestão da Petrobrás recorrer, Justiça mantém regramento da antiga AMS

Mais uma vez a justiça prevaleceu para a categoria petroleira. Uma decisão manteve o regramento da antiga AMS mesmo após a atual gestão da Petrobrás tentar suspender a Tutela de Urgência, obtida no mês de abril e que foi através de ação civil pública, encaminhada pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e os seus sindicatos filiados.

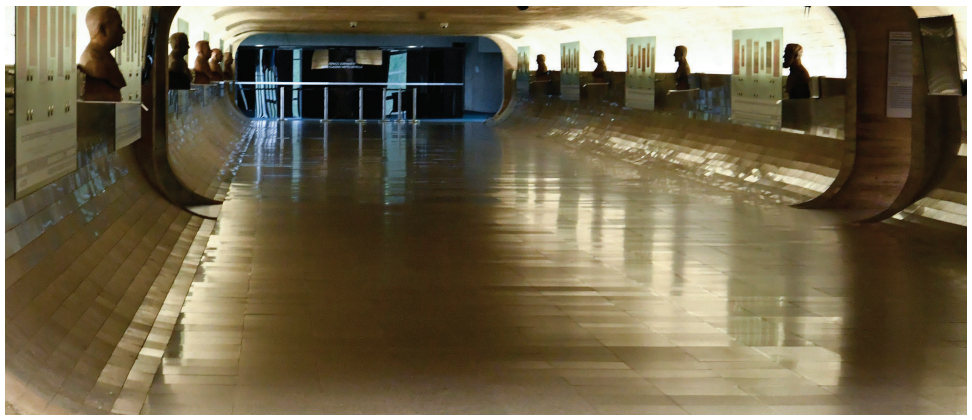
A decisão assegurou, mais uma vez, que a Petrobrás e a Transpetro restabeleçam e garantam os benefícios negociados no ACT 2020/22 para a AMS. A decisão barra a possibilidade do novo plano de saúde, APS, de aplicar novo regramento aos beneficiários e dependentes de forma unilateral e fora do que foi acordado com os sindicatos no ACT vigente.

Para se ter uma ideia da gravidade da situação, o regramento da Associação Petrobrás de Saúde (APS) não versa sobre o limite de margem consignável de descontos, que pelo acordado entre empresas e sindicatos é de até 30%. É importante destacar que a segunda decisão não contesta a constituição da APS.

SOLIDARIEDADE

POR AMPLA MAIORIA FOI APROVADO O PDC 956, QUE SUSTA OS EFEITOS DA RESOLUÇÃO 23

Foto: Divulgação



No dia 3 de julho, foi aprovada na Câmara dos Deputados em sessão deliberativa extraordinária virtual - por 365 votos favoráveis, 39 contra e 1 abstenção - o Projeto de Decreto Legislativo nº 956, que susta os efeitos da Resolução 23. Agora, o projeto será enviado ao Senado.

A Resolução 23 foi lançada em janeiro de 2018 pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, durante o governo de Michel Temer, e estabelece diretrizes e parâmetros para pagamentos de plano de saúde ou AMS que as empresas públicas devem seguir, designando que todas as empresas públicas ou de economia mista reduzam participação no pagamento de planos de saúde ou AMS e aumentem a dos participantes.

É baseada nesta Resolução que a hierarquia da Petrobrás aprofundou todos os seus ataques à AMS. Nas negociações do ACT 2019, por exemplo, os representantes da empresa chegaram a confirmar que estavam seguindo a Resolução 23 para retirar conquistas históricas dos trabalhadores.

Portanto, é preciso iniciar já forte campanha pela aprovação do PDL 956/2018, de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), pressionando todos os parlamentares no Senado.

Fonte: FNP

FNP ENCABEÇA CAMPANHA "PETROBRÁS PARA OS BRASILEIROS"

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) encabeça o Observatório Social da Petrobrás.

O OSP é uma organização da sociedade civil que surge para monitorar, fiscalizar e divulgar os impactos sociais e econômicos que a implementação do Plano de Desinvestimento tem gerado na população brasileira. Irá produzir e sistematizar estudos e dados relevantes sobre o papel social da Petrobrás. Atrelada a isso, a FNP lançou também campanha "Petrobrás para os brasileiros" que visa conscientizar a população sobre a importância da empresa.

Siga as páginas do @observatoriopetrobras no Twitter, Instagram e Facebook. Curta, comente e compartilhe sempre que possível.

Instagram: https://www.instagram.com/observatoriopetrobras/

Facebook: https://www.facebook.com/observatoriopetrobras

Twitter: https://twitter.com/obspetrobras

Petrobrás para os BRASILEIROS

CONQUISTA!

FNP CONQUISTA CARTA SINDICAL, APÓS ANOS DE LUTA

Nas primeiras horas do dia 6 de julho foi possível confirmar que o Registro Sindical da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) foi, finalmente, publicado no Diário Oficial da União (DOU).

O despacho deferindo o pedido do Registro, assinado pelo Coordenador-Geral de Registro Sindical veio na página 433 da Seção 1, nº 126, de 7 de julho de 2021: O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 30894/2021/ME (SEI 16937329), resolve: DEFERIR o registro sindical à Federação Nacional dos Petroleiros - FNP, CNPJ n.º 13.562.370/0001-64, Processo 46215.001970/2017-64, com abrangência NACIONAL, para a seguinte representação: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham

a representação da categoria dos trabalhadores nos ramos mineral, químico e de energia, nas atividades relacionadas à produção, transporte, armazenamento, refino, distribuição e comercialização dos setores petroquímico, de petróleo, gás, xisto e biocombustíveis, nos termos do Capítulo IV da Portaria 186/2008 c/c Art; 50 da Portaria 326/2013.

Com o deferimento, termina uma das etapas mais árduas da história da FNP, usada indiscriminadamente e com crueldade por seus detratores, para atacar a Federação e minimizar as conquistas da entidade, enquanto representante dos petroleiros.

Mas é preciso ter claro que, apesar da ausência da Carta Sindical, o reconhecimento pelos trabalhadores sempre existiu, as conquistas vieram e as lutas nunca foram menores.

A conquista da Carta Sindical é importantíssima, de fato. Mas a falta dela jamais significou prejuízo à luta ou às conquistas da Federação. O trabalho da FNP junto aos petroleiros e petroleiras foi o principal determinante, ao lado da união da categoria, para os resultados positivos.

A conquista do registro sindical pela FNP, corolário da persistência e do trabalho meticuloso da atual Direção Executiva, não afasta o alerta: a categoria precisa estar muito atenta e vigilante a discursos que usam o registro sindical como mote para pregar a desunião e enaltecer a instituição de representações que, na verdade, buscam apenas capital político para fins nada claros.

Parabéns à FNP, ao seu corpo jurídico e, em especial, aos petroleiros e petroleiras que sempre acreditaram no trabalho da Federação! Fonte: FNP

FNP entra com ação contra Estatuto da Associação Petrobras de Saúde (APS)

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) entrou com uma ação declaratória de nulidade de inúmeras cláusulas do estatuto do Estatuto da Associação Petrobras de Saúde (APS), as quais são ilegais e prejudicam os beneficiários.

O juiz responsável pela causa ainda não julgou o processo na primeira instância. O corpo jurídico da FNP pediu o julgamento antecipado para que o processo corra mais rápido.

Com a migração da carteira algumas das garantias dos associados foram suprimidas e não são contempladas no estatuto da APS. Essa nova realidade acaba trazendo insegurança, em um futuro próximo, para a assistência médica dos beneficiários. Com a transição o que vem ocorrendo é que houve uma queda na qualidade e quantidade de serviços e profissionais disponíveis. Para piorar o convênio vem restringindo e negando exames e tratamentos aos beneficiários, que antes os realizavam sem qualquer restrição. Isso demonstra que a APS é um tremendo retrocesso.

Atrelado a isso, uma boa parte do Estatuto da associação fere a Constituição Federal e o Código Civil. O estatuto foi elaborado exclusivamente pela Petrobrás sem sequer a participação de um dos 250 mil beneficiários.

A atual gestão da Petrobrás "não prega prego sem estopa" e dia após dia demonstra que está alinhada a sanha privatista de Paulo Guedes. O processo ainda aguarda julgamento.

CONQUISTA!

VAMOS PARA AS RUAS CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES, EM DEFESA DA SAÚDE, DA VIDA E POR NOSSOS EMPREGOS!

O elevado número de mortes por covid-19 (quase 600 mil vidas perdidas para o vírus), avanço da privatização sobre a Petrobrás, Correios, Eletrobrás e outras empresas estatais são motivos suficientes para que toda a categoria petroleira se volte contra o governo Bolsonaro.

Recebemos no Litoral Paulista, quase que diariamente, companheiros vindos de outras regiões do Brasil em que o processo de privatização já foi ou está sendo concluído. São trabalhadores e trabalhadoras que tiveram que escolher entre manter a vida que levavam em suas cidades, cercados de amigos e parentes, porém desempregados, ou começar a vida novamente em outro estado, deixando para trás toda uma história, que sabemos, não é fácil de escrever.

Para quem acha que estamos sendo poupados da privatização, o que vem acontecendo em nossas bases dão conta de que o processo está em pleno andamento.

Existe um padrão privatista muito claro e fácil de ser identificado em nossas bases. O processo começa mais ou menos da mesma forma e sequência, com o sucateamento de equipamentos e instalações; passa

pela queda na qualidade dos serviços, aumento de custos de produção, causados pelo sucateamento; com a justificativa de baixar os custos, os salários são achatados, direitos são retirados; segue com a "demissão voluntária" de funcionários mais antigos, depois dos descontentes; para suprir o déficit de mão de obra a empresa abre espaço para a terceirização de setores, aproveitando ainda, muitas vezes, a mão de obra própria para treinamento dos que irão substituí-los. Seguindo esses passos, está aberta a avenida para a privatização

Foi assim com a BR Distribuidora; foi na PBIO em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia; está sendo em Pilar e Furado, unidades Petrobrás em Alagoas; na RLAM, na Bahia; e é como está acontecendo na RPBC, com anúncio da empresa de terceirizar a operação da ETA e do ETDI, o laboratório e segurança; na Alemoa e Tebar, com a redução do quadro de operadores; na UTGCA, com terceirização de setores; no Valongo, com a transferência de profissionais para o Rio de Janeiro e a lista continua, com ataques em todas as unidades.

Para quem está na Petrobrás e defende a privatização, achando que assim serão gerados mais empregos, ou que paguem mais, é realidade que os trabalhadores terceirizados, contratados como próprios por empresas como BR Distribuidora, têm assumido as funções de quem saiu pelos PIDVs recebendo salários menores do que pagos por empresas terceirizadas da própria BR.

Bolsonaro não está para brincadeira e já é o presidente que mais privatizou em seu governo. Além dos já citados, o governo também entregou a Transportadora Associada de Gás (TAG), Liquigás, refinaria de Pasadena, as Fafens, campos maduros do Nordeste, plataformas de águas rasas, Rlam e negocia ainda sete outras refinarias.

A privatização de empresas estatais é pauta defendida também por muitos dos deputados e senadores, que mantém Bolsonaro no governo para que faça ainda as reformas que tanto esperam, como a Administrativa (PEC 32) e Tributária (PEC 110). O "passar a boiada" segue a toque de caixa, pois o cerco a Bolsonaro cada vez mais se aperta.

Defender o impeachment é fundamental para a saúde física e econômica do brasileiro e para preservar os empregos na Petrobrás. Trabalhadora e trabalhador petroleiro, participe dos atos Fora Bolsonaro nas ruas, declare seu apoio pelo impeachment, paremos as máquinas contra a privatização!

São muitos os motivos que fazem com que os petroleiros se insurjam contra o governo Bolsonaro. Assim como em 1995, quando a histórica greve de 32 dias (33 na RPBC) impediu a privatização da Petrobrás, os petroleiros estão novamente no mesmo ponto da história em que os lados se formaram. Ou nos mobilizamos para tirá-lo, ou não teremos pelo que lutar.

5 motivos que nos fazem ir às ruas contra o governo Bolsonaro

1 – Segundo um estudo feito pela Fiocruz, os casos de petroleiros contaminados pela covid-19 na empresa são maiores do que o dobro da registrada em relação a população brasileira. Enquanto a incidência de casos no país é de 2.067 casos por 100 mil habitantes, na Petrobrás, que tem pouco mais de 46 mil empregados, a média por 100 mil é de mais de 4.448 casos. Isso somente no final do ano passado. Em janeiro de 2021 tivemos picos de aumento de casos de covid na empresa que não entraram no estudo.

2 - A gestão Bolsonarista no comando da Petrobrás está acabando com nossa AMS. Neste ano, após pressão do governo no ano passado para fechar um acordo coletivo prejudicial para a categoria, principalmente para os aposentados e pensionistas, a empresa aumentou a participação dos petroleiros na AMS que era de 70x30 (sendo 70 pago pela empresa e 30 pelos participantes) para 60x40. Em 2022 essa participação será de 50×50.

3 – No comando da empresa, o governo Bolsonaro, quer acabar com nosso plano de previdência complementar com a criação do Plano Petros 3, forçando a extinção do Plano Petros BD. De olho no montante bilionário que esses fundos têm, o ministro da Economia, Paulo Guedes, aposta no enfraquecimento dessas instituições para que empresas privadas, como as que o próprio tem associação, administrem esse dinheiro. Importante destacar que a BR Educacional Gestora de Ativos, empresas ligadas a Guedes, estava sendo investigada pelo Ministério Público Federal por gestão temerária e fraudulenta que causaram prejuízo a fundos de pensão. A investigação foi encerrada pelo O TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).

4 - O governo Bolsonaro é o que mais privatizou, conseguindo avançar até mesmo onde FHC falhou, como no caso da Eletrobrás, privatizada no atual governo. Bolsonaro avança agora sobre os Correios. A Petrobrás é a que mais está sendo fatiada. O governo já entregou ao mercado a BR Distribuidora, Liquigás, PBIO, RLAM, Transportadora Associada de Gás (TAG), refinaria de Pasadena, as Fafens, campos maduros do Nordeste, plataformas de águas rasas e negocia ainda sete outras refinarias e outros ativos.

5 - Como um dos maiores produtores de petróleo do mundo, o governo Bolsonaro comete crime contra o povo brasileiro ao manter a política do Preço Paridade de Importação (PPI), que equipara os combustíveis pelo preço cobrado em dólar. Para justificar os preços em dólar, beneficiando os importadores e gerando empregos no exterior em detrimento do desemprego no Brasil, a Petrobrás diminuiu a produção nas refinarias, calcula fretes até os portos brasileiros, incide contribuições alfandegarias e uma série de tributos para deixar os preços altos, seguindo a tendência internacional. Qualquer situação de conflito no exterior pode alterar esses valores, desde a queda de um drone em refinarias árabes, até um tornado no Japão. Os preços só não variam para baixo. Sob o governo de Bolsonaro a gasolina encareceu 46%, o diesel 48% e o gás de cozinha aumentou 66%. De acordo com o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), se a Petrobrás abrisse mão do PPI, os impostos sobre os combustíveis cairiam até 52%, diminuindo os gastos do brasileiro com combustíveis e consequentemente com os fretes, que refletem no preço da cesta básica, por exemplo. Segundo o Ibeps, a Petrobrás poderia aplicar o litro da gasolina a R$ 3,60 e o gás de cozinha a R$ 60, com lucro para a empresa e acionistas.

FIQUE DE OLHO!

VAMOS COBRAR DOS NOVOS CONSELHEIROS DA PETROS AÇÃO FRENTE OS PROBLEMAS DA CATEGORIA!

Os novos conselheiros eleitos pelos participantes da Petros, Fernando de Castro Sá e Luciano Maldonado Garcia, titular e suplente do Conselho Deliberativo (CD), respectivamente, e Wander Marcelino, titular e Helio de Castro Domingues Filho, suplente no Conselho Fiscal (CF), tomaram posse de suas funções na Petros no último dia 26 de julho.

Eleitos pelos petroleiros, os novos conselheiros assumem mandatos de dois anos, em um momento em que os desafios enfrentados pela categoria são cada vez maiores. Com a privatização avançando cada vez mais sobre a Petrobrás, seguidas demissões por PIDVs, e a criação do Petros 3, com previsão de vigorar a partir de 1º de agosto e Flexprev, é preciso que os novos representantes dos petroleiros atuem para defender os interesses da categoria e nos mantenham informados, respeitando a confidencialidade da função, mas não nos deixando saber das notícias somente pela mídia.

Para isso, é preciso que a categoria, aposentados e pensionistas cobrem ação dos novos conselheiros, se mostrando engajados e dispostos para a luta, dando apoio e fazendo pressão para que os companheiros eleitos trabalhem para a categoria

e não para a empresa.

No caso do PP3, embora não fosse pauta de campanha dos eleitos, a categoria precisa ser informada e solicita que os novos representantes dos petroleiros no CD e CF cobrem a Diretoria Executiva e exijam acesso a todas as informações que levou a Petros a atestar a viabilidade do PP-3. Cerca de 2.176 famílias optaram por migrar para o PP3 e vão ficar agora integralmente sujeitos aos problemas que acontecerem, sem qualquer contrapartida da Petrobrás.

A mesma preocupação se dá com o Flexprev, novo plano de contribuição definida (CD), aprovado no dia 28 de julho pelo Conselho Deliberativo, já com a participação dos novos eleitos, que estará disponível para adesão de empregados da BR Distribuidora e para migração voluntária de participantes ativos e assistidos do PP-2, do PPSP-R e do PPSP-NR ligados à empresa.

Todos esses novos planos promovem verdadeiras arruaças nos regulamentos dos atuais planos da Petros. Para possibilitar a criação do novo plano, o CD aprovou também a proposta de alteração nos regulamentos do PP-2, do PPSP-R e do PPSP-NR para permitir o processo de migração. Essa mudança regulamentar depende de aprovação da Previc.

Além da fragmentação e enfraquecimento da Petros, os novos planos tiram a responsabilidade da Petrobrás sobre os fundos, tornando a venda de ativos atrativa para o mercado. Com isso vence o governo, que aposta na privatização de ativos da Petrobrás, dos Correios e outras estatais para se manter no poder.

Dentre as principais cobranças dos aposentados e pensionistas, o equacionamento do déficit da Petros continua sendo um grande peso para quem recebe menos e motivo de preocupação para todos.

Precisamos cobrar que agora eleitos, Fernando de Castro Sá (CD) e Wander Marcelino atuem para que a Petros cobre da Petrobrás o que deve ao fundo previdenciário dos petroleiros. Cuidar somente para que os investimentos da Petros sejam bem aplicados é importante, mas não será a solução para que futuros equacionamentos aconteçam, muito menos será efetivo para reduzir a contribuição extra dos petroleiros.

Diante de tantas demandas e interesses envolvidos precisamos estar a par dos acontecimentos e cobrar dos conselheiros, eleitos para representarem os petroleiros, que enfrentem os principais desafios da categoria, sempre contando com a participação e engajamento de todos para as lutas e mobilizações.

Os canais de contato dos representantes da categoria são: petrosfuturosustentavel@gmail.com; (12) 99175-0415; luciano98@petrobras.com.br; wandermarcelino@petrobras.com.br; fernandosa@petrobras.com.br; e https://www.instagram.com/futurosustentaveloficial/.

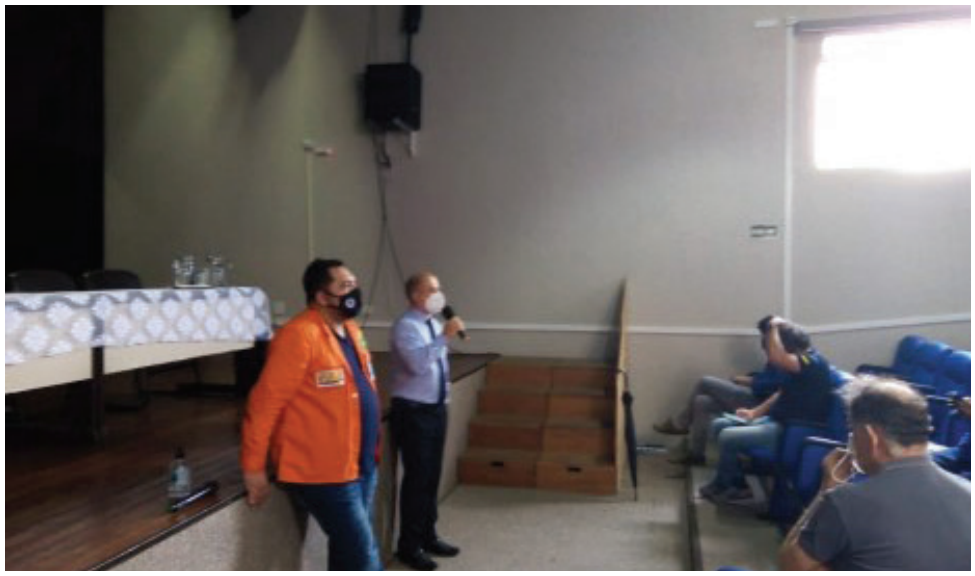
Vamos dar nosso apoio e cobrar dos novos conselheiros tudo aquilo que se dispuseram a fazer e muito mais.

ENCONTRO

DIRETORIA, JURÍDICO, APOSENTADOS E PENSIONISTAS SE REÚNEM NA SUBSEDE PARA TRATAR SOBRE PETROS, AMS E MAIS

A diretoria do Sindipetro-LP e o jurídico do sindicato, representado pelo doutor Marcus Coelho, se reuniu no dia 11 de agosto com aposentados e pensionistas na subsede, em São Sebastião, para tirar dúvidas dos associados sobre questões como os processos contra a Petros, relacionados ao equacionamento, sobre a associação Petrobrás Saúde e privatização. A reunião teve a participação do coordenador do Sindipetro-LP, Fabio Mello, do secretário geral da FNP e diretor do LP, Adaedson Costa e do coordenador do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP), Marcelo da Silva dos Santos. além dos demais diretores do Litoral Norte.

Durante a conversa, ficou claro que alguns associados não conseguem enxergar as ações deliberadas do governo federal como forma de enfraquecer a categoria e facilitar o processo de privatização que está em andamento no Sistema Petrobrás. A privatização de ativos da Petrobrás enfraquece a categoria e reflete diretamente sobre a Petros e em outros benefícios conquistados com muita luta e que agora estão sendo retirados sem qualquer cerimônia dos trabalhadores da ativa e assistidos da Petros.



Os associados puderam fazer perguntas e tirar dúvidas sobre esses e outros assuntos. Devido a pandemia, a reunião foi realizada com um número pequeno de associados.

A diretoria se comprometeu a realizar reuniões regulares com a categoria, inicialmente programando reuniões similares toda última quarta-feira do mês, na subsede. A atividade será devidamente anunciada nos grupos de aposentados no Whatsapp, site e demais mídias socias do sindicato.

Solicitamos que quem ainda não faz parte de nenhum grupo de aposentados no Whatsapp e queira ser incluído, mande seu contato e número de matrícula de associado do sindicato, para identifica-lo, para os números: (13) 99654-8477, para grupo de Santos e geral ou (12) 9817-68647, para grupo do Litoral Norte.*

Para quem ainda não recebe e quer receber boletim eletrônico, com notícias do sindicato, envie seu e-mail para subsedelp@sindipetrosantos.com.br ou dap@sindipetrosantos.com.br.

As reuniões pretendem aproximar ainda mais os aposentados e pensionistas das lutas da categoria, atualizando todos sobre as ações da diretoria e jurídico e mobilizando todos em defesa da Petrobrás.

No próximo dia 31 de agosto (terça-feira), às 9h30, a diretoria do Sindipetro-LP promove reunião com aposentados e pensionistas. O encontro será na sede, em Santos, e através do Microsoft Teams (https://tinyurl.com/68z7w8mc). O evento é uma iniciativa do Departamento de Aposentados e Pensionistas que busca estabelecer uma melhor comunicação sobre os principais temas que afligem os aposentados e pensionistas da nossa categoria. Vale destacar que serão adotados todos os protocolos sanitários de segurança.

Baixe o aplicativo Sindipetro LP e fique por dentro do que acontece no Sindicato! Aponte a câmera do seu celular para o QR CODE e instale já !

Android

IOS

PREÇO JUSTO, JÁ!

A NEFASTA POLÍTICA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS DO GOVERNO

No início do mês de julho, a gasolina, o diesel e o gás de cozinha tiveram novo aumento de preços. Este foi o oitavo aumento dos combustíveis anunciado este ano pela direção da Petrobrás, sob a gestão Bolsonaro.

O valor do diesel subiu 6,3% e da gasolina 3,7%. Este é o primeiro reajuste praticado na gestão de Joaquim Silva e Luna.

Os preços médios de venda de gasolina e diesel da Petrobrás para as distribuidoras passam a ser de R$ 2,69 e R$ 2,81 por litro, o que significa reajustes médios de R$ 0,16 (6,3%) e R$ 0,10 por litro (3,7%), respectivamente.

Com mais esse reajuste, a gasolina e o diesel já acumulam reajustes nas refinarias de 46% e 40%, respectivamente, desde janeiro. Já o gás de cozinha sofreu seis reajustes consecutivos que, juntos, acumulam uma alta de 38%, só este ano.

Os percentuais são absurdos e estão muito acima da inflação acumulada do período, que deve ficar em torno de 4% nos primeiros seis meses do ano, segundo projeções do mercado (de janeiro a maio, o IPCA acumulado é de 3,22%).

O resultado disso é a penalização da população que já atravessa uma das piores crises econômicas da história. Principalmente as famílias mais pobres.

Chega de penalizar a população! É preciso reforçar a luta contra a privatização e a alta dos combustíveis.

Como a alta dos combustíveis impacta a vida dos brasileiros

Segundo o Sindicato dos Condutores de Veículos que Utilizam Aplicativos do Estado de Minas Gerais (Sicovapp), 50% dos profissionais cadastrados deixaram de rodar com regularidade na cidade.

O motivo: as altas consecutivas dos combustíveis, com a gasolina acima de R$ 6 na região, somados aos gastos com manutenção e a falta de reajustes das corridas reduzem cada vez mais os rendimentos.

Simone Almeida, presidente do Sicovapp, pontua que a reclamação dos usuários sobre as dificuldades em entrar um veículo disponível é constante.

No início do ano passado, Almeida lembrou que para faturar R$ 300, era necessário rodar pelo menos seis horas – hoje, esse prazo supera 12 horas.

Em outras palavras, com a alta dos combustíveis, compensa cada vez menos trabalhar com carro.

O mesmo pode se dizer dos caminhoneiros, que dependem do diesel para trabalhar.

Preço Justo, já!

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) apoia a greve dos caminhoneiros e acredita ser possível baixar o valor dos combustíveis e praticar um preço justo.

O Observatório Social da Petrobrás estudou a fundo a composição de preços dos combustíveis e chegou à conclusão de que é viável vender a gasolina a R$ 3,60, o diesel a R$ 2,90 e o botijão de gás a R$ 60. Leia mais em: A prática do “Preço justo” prejudicaria a Petrobrás?

E qual é a mágica para isso? Nenhuma! É só acabar com o PPI (Preço de Paridade de Importação), a política adotada desde 2016 pela gestão da Petrobrás, que precifica os combustíveis de acordo com as variações do dólar e do petróleo internacional.

Pressão para acabar com a política de preços dos combustíveis

Por causa dos sucessivos aumentos dos combustíveis praticados pelo governo Bolsonaro, o Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas – CNTRC, elaborou um questionário para que os brasileiros e caminhoneiros, especificamente, respondam sobre a política de preços praticada na Petrobrás e a possibilidade de uma grande greve dos caminhoneiros para pressionar o governo a mudar política atual praticada. Vai lá você também e diga o que acha. Sua opinião é muito importante!

A Petrobrás é dos brasileiros! Preço Justo, já!

Fonte: FNP

EXPEDIENTE

SINDIPETRO-LP RETOMA ATENDIMENTO PRESENCIAL SOMENTE MEDIANTE AGENDAMENTO PRÉVIO

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista retomou o atendimento presencial na sede, em Santos, e na subsede, em São Sebastião. Após cinco meses de atendimento remoto e excepcionalidades com atendimento presencial mediante a agendamento nossas atividades serão retomadas. A adoção de medidas necessárias à preservação da integridade física e da saúde de todos são as principais preocupações da nossa Diretoria diante da retomada dos serviços. Por isso, os associados só poderão comparecer aos locais se tiverem feito agendamento prévio via telefone, whatsapp ou aplicativo. O atendimento espontâneo no Sindicato continua suspenso e não será permitida a circulação nas dependências do prédio. Isso vale tanto para a sede quanto para a subsede.

Para evitar aglomeração, além de visar, especialmente, a saúde dos funcionários e funcionárias, é importante a conscientização de comparecer ao Sindicato apenas no horário agendado. Pedimos que respeitem os agendamentos para que a nossa organização não seja afetada. Antes da entrada, será feita aferição de temperatura, higienização das mãos com álcool gel e triagem para confirmar se o associado ou associada está agendado (a).

A diretoria do Sindipetro também orienta que os associados que tiveram contato com alguém infectado ou apresentaram algum sintoma de Covid-19 que não compareçam ao atendimento. Não será permitida a entrada de pessoas com febre, tosse ou sintomas gripais em geral. Mas orientamos a todos, principalmente aqueles que fazem parte do grupo de risco, que no momento continuem se possível utilizando nossos serviços de forma remota.

Vale destacar, que não será liberado acesso ao prédio da sede e subsede sem o uso de máscara de proteção. Para manter a segurança, os acompanhantes não poderão participar dos atendimentos e deverão aguardar dentro do carro no estacionamento. As medidas visam evitar a contaminação por Covid-19.

Para agendar atendimento presencial basta entrar em contato com a recepção do Sindicato através dos telefones (13) 99732-2709 e (13) 3202 1100. Já na subsede e delegacia sindical será feito através dos telefones (12) 3892.1484, (12) 3892.5155 e (12) 98187-7378. Os departamentos, na sede e subsede, funcionam de segunda a quinta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h e ás sextas-feiras das 8h às 12h e das 13h às 17h. A Delegacia Sindical funciona todas as terças-feiras das 8h às 12h e das 14h às 18h. Após esse horário os funcionários encerram a jornada de trabalho e não estão autorizados a realizar atendimento. Os agendamentos também podem ser feitos via aplicativo. **Cabe ressaltar, que o serviço da barbearia só será feito mediante a agendamento e no momento é disponibilizado apenas o serviço de corte de cabelo.**

30 DE AGOSTO

SINDIPETRO-LP REALIZA ASSEMBLEIA PARA ESCOLHA DE DELEGADOS PARA A PLENÁRIA NACIONAL DA FNP

Os petroleiros do Litoral Paulista, associadas ou associados do Sindipetro-LP estão convidados a participarem no dia 30 de agosto, às 17h em primeira chamada e às 17h30 para segunda chamada da assembleia para escolha dos delegados e/ou delegadas e observadores e/ou observadoras para a Plenária Nacional da FNP “Petrobrás para os Brasileiros – Petrobrás 100% Estatal – Fora Bolsonaro e Mourão”.

A assembleia será realizada de forma mista, pelo aplicativo Teams (https://tinyurl.com/np5x2ud5) e na sede e subsede do Sindipetro-LP, respeitando todos os protocolos sanitários de distanciamento e segurança.

A Plenária Nacional da FNP também será realizada virtualmente e acontecerá nos dias 10 e 11 de setembro. O Sindipetro -LP terá direito de apresentar 13 delegados com direito de voto, dois observadores e três convidados para a Plenária.

De acordo com o Artigo 17 do Estatuto da Federação Nacional dos Petroleiros, “a Plenária Nacional é um órgão intermediário entre o Congresso Nacional e a Direção Executiva Nacional, que será convocada pela Direção Nacional ou pelos Sindicatos Filiados e terá como atribuições básicas: I. Consultar, organizar e deliberar, com caráter indicativo, as assembleias dos sindicatos sobre quaisquer matérias de interesse da categoria”. Programe-se e participe!

ARTIGO

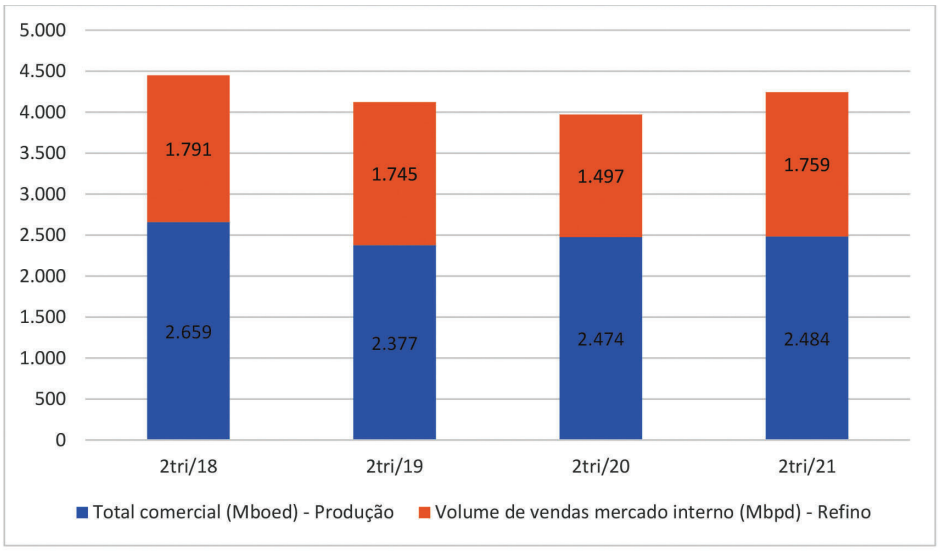
O RESULTADO FINANCEIRO DO 2º TRIMESTRE DA PETROBRÁS: CUSTOS MENORES, MAS PREÇOS MAIORES

Por Eric Gil Dantas, economista do Ibeps e doutor em Ciência Política

A Petrobrás publicou no começo deste mês (6) o seu resultado financeiro para o 2º trimestre de 2021: um lucro líquido de R$ 42,855 bilhões, se somando ao R$ 1,167 bilhão do 1º trimestre. O valor é bastante próximo ao lucro líquido recorrente (quando se retira os resultados não recorrentes, como baixas contábeis, ganhos fiscais, ágios, etc.), de R$ 40,7 bilhões.

O resultado se deve em sua maior parte ao aumento dos preços do barril de petróleo e dos produtos derivados no mercado internacional, elevando as receitas de venda da companhia. No 2º trimestre, a Petrobrás teve uma receita de vendas de R$ 110 bilhões, um aumento de 28,5% em relação ao 1º trimestre e de 117,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em um trimestre o Ebitda ajustado da E&P subiu 20% e o do Refino 108%. Se convertermos o brent à taxa de câmbio média do trimestre (publicada também no relatório da Petrobrás), teremos que o barril ficou em Reais 10% mais caro do que no 1º trimestre e 132% mais caro do que o mesmo trimestre do ano passado. Já o preço dos derivados no mercado interno subiu 14,6% em um trimestre e 102% em um ano.

Gráfico 1 – Total de petróleo e gás comercializado e volume de vendas de derivados no mercado interno – Petrobrás (em Mpbd)



Fonte: Relatório de Produção e Vendas; Apresentação da Teleconferência da Petrobrás

Outra coisa que chama a atenção é que o volume de vendas da Petrobrás não aumentou significativamente. Como podemos ver no Gráfico 1, a estatal manteve mais ou menos constante tanto a sua venda de petróleo e gás, quanto a de produtos derivados. Isto reforça a tese de que o aumento do lucro se deve aos preços praticados pela Petrobrás.

Além disto, o custo de extração e de refino se mantiveram baixos. O custo de extração se manteve estável, apenas com o aumento de um dólar por barril causado pelo crescimento da participação governamental, pois quanto maior o preço do barril maior o pagamento de royalties. Se compararmos com o 2º trimestre de 2019, o custo de extração é 42% inferior. Já o custo do refino do barril em Reais, está 11% mais barato do que no mesmo trimestre do ano passado. Tudo isto, enquanto a utilização das refinarias volta a diminuir, sendo utilizado apenas 75% da capacidade instalada das refinarias da estatal.

Isto contrasta drasticamente com os elevadíssimos preços da gasolina, diesel e GLP impostos à população brasileira. Custos menores, mas preços maiores.

A direção da companhia comemorou a diminuição do endividamento. Em três anos a dívida bruta caiu quase pela metade. Obviamente que isto às custas da venda bilionária de ativos preciosíssimos da Petrobrás. Vendendo TAG, NTS, Liquigás, BR, Gaspetro e tantos outros ativos, não é muito difícil diminuir dívidas. Só não me parece algo a se comemorar.

Mas o que realmente deixa o "mercado" feliz com a diminuição do endividamento da Petrobrás é o fato que isto libera o pagamento de dividendos da estatal. Atingindo a meta de dívida bruta de US$ 60 bilhões (o qual espera atingir até o final do ano), a empresa poderá distribuir aos seus acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos. Tendo em vista que conseguirá atingir a meta, a direção da empesa já anunciou que vai antecipar R$ 31,6 bilhões em dividendos – o valor é quase o triplo da média dos últimos três anos.

Obviamente que isto diminui os recursos para investimento. Mas a última coisa que a Petrobrás fala hoje é em novos investimentos. Nem parece que estamos passando por uma grande transição energética e que é urgente o investimento em novas tecnologias.

Bem, este parece ser o triste retrato da Petrobrás que o "mercado" sempre quis. Não há correspondência entre custo e preço, mesmo o Brasil produzindo petróleo e derivados de forma cada vez mais barata, temos que pagar preços exorbitantes. Mesmo tendo cofres abarrotados de dinheiro, não iremos mais investir no Brasil, tendo que entregar todo o lucro para os seus acionistas. Temos que correr para salvar a Petrobrás – enquanto ainda há tempo.